CÂMARA MUNICIPAL DE
SALVADOR
O futuro da cidade passa por aqui.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº122/2021

Concede o Título de Cidadã de Salvador a Sr.ª Renata Gil de Alcântara Videira.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido o Título Cidadã de Salvador a Sr.ª Renata Gil de Alcântara Videira.

Art. 2º. Será marcada uma Sessão Especial para entrega da referia honraria.

Art. 3º. As despesas para a realização da entrega desta honraria serão às expensas do orçamento vigente desta Câmara Municipal.

Art.4º. Esta Resolução entra vigor na data de sua publicação.

Salvador, 06 de dezembro de 2021.

GERALDO JÚNIOR

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE
SALVADOR
O futuro da cidade passa por aqui.

JUSTIFICATIVA

Renata Gil de Alcântara Videira nasceu em 14 de julho de 1971 em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Filha do delegado Paulo Cezar Gil de Alcantara e da professora Carmen Lucia Gil de Alcantara, é casada com Eduardo Videira com quem tem 2 filhos: João e Paula Videira.

Ela formou em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Se especializou em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense (NUCLEF-UFF) no primeiro semestre de 2007. Atualmente é mestranda no Instituto Brasiliense de Direito Público, IDP.

Renata tem uma brilhante e dedicada trajetória profissional. No ano de 1998, após servir dois escritórios de advocacia, tornou-se juíza de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), assumindo as Comarcas de Conceição de Macabu (1998-2001) e Silva Jardim (2001-2003). Mais tarde, se tornou titular da 2ª Vara de Rio Bonito (2003-2007), e em outubro de 2007, foi empossada titular da 40ª Vara Criminal da Comarca Capital.

Em 2012, coordenou os Polos Eleitorais do Rio de Janeiro, além de atuar como coordenadora adjunta da pesquisa "Quem somos. A magistratura que queremos.", realizada em conjunto pela Associação dos Magistrados Brasileiros e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Ganhou grande relevância com a criação e coordenação da Central de Assessoramento Criminal no TJRJ, cartório de funcionários "sem rosto", iniciativa reconhecida como modelo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foi representante da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) de 2008 até 2010. Em janeiro de 2011, Renata foi eleita Vice-Presidente de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para o triênio 2011/2013. Em fevereiro 2016, foi eleita presidente da AMAERJ, biênio 2016/2017, destacando em sua gestão a necessidade de uma promoção maior da igualdade de gênero e raça dentro dos tribunais brasileiros.

Renata foi responsável pela organização do prêmio "AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos" que premia diversas ações relativas às pautas sociais importantes. No mesmo ano tomou posse como Vice-Presidente institucional da Associação dos Magistrados Brasileiros, triênio 2017/2019, onde coordenou a pesquisa da AMB "Quem somos. A magistratura que queremos" realizada em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Nobiênio 2018/2019,em seu segundo mandato como presidente da AMAERJ, reeleita com 685 votos, criou o projeto socioambiental Remada Limpa, uma ação voluntária de conscientização ambiental e coleta de lixo com canoas havaianas na Baía de Guanabara, sede das competições de vela na Olimpíada 2016.

No ano de 2019, Renata foi eleita Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, triênio 2020/2022, com quase 80% dos votos, sendo a primeira mulher a assumir a presidência da AMB, reafirmando a necessidade de união da magistratura brasileira e aproximação com a sociedade. A jurista passou a integrar o grupo de trabalho criado pela presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que institui a política nacional de incentivo a participação institucional feminina no Poder Judiciário.

Ela foi a primeira juíza brasileira a avaliar um país no Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo, bem como a primeira juíza estadual a participar da Estratégia Nacional de Combate à

CÂMARA MUNICIPAL DE
SALVADOR
O futuro da cidade passa por aqui.

Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e idealizou no Rio de Janeiro a Central de Assessoramento Criminal (CAC) - iniciativa reconhecida como modelo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Já palestrou cursos para juízes e promotores em Angola no combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

Durante a pandemia de COVID-19, idealizou a campanha #ajustiçanãopara de valorização do trabalho da magistratura, com mais de 6 mil publicações nas mídias sociais. Lançou a Campanha Sinal vermelho contra a violência doméstica em parceria com o CNJ e apresentou ao Congresso Nacional o Pacote Basta (PL 741/2021) que no dia 28/07/2021 foi sancionado como a Lei n. 14.188/21, que define o programa de cooperação "Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica" como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Atualmente, Renata é uma das principais ativistas da causa no mundo, conquistando inúmeros prêmios por sua atuação.

Por tudo exposto, o Título de Cidadã de Salvador, deve ser concedido a essa grande profissional.

Salvador, 06 de dezembro de 2021.

GERALDO JÚNIOR

PRESIDENTE